

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 764.300 - PE (2015/0205487-3)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS
ADVOGADOS : ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA -
PE016983
CLÓVIS CAVALCANTI ALBUQUERQUE RAMOS NETO -
PE028219
ANA PAULA DA SILVA AZEVEDO E OUTRO(S) -
PE030210
AGRAVADO : AMARO RODRIGUES DE SOUZA
REPR. POR : JOSE CARLOS GOMES CABRAL
AGRAVADO : MARLUCE FORTUNATO CHAVES
AGRAVADO : MARIA DA CONCEICAO MORAES CASTRO
REPR. POR : FÁBIO DE MORAES CASTRO
AGRAVADO : ZELONI GOMES DE LIRA
AGRAVADO : REGINALDO GREGORIO DA SILVA
AGRAVADO : MARCELO DE ARAUJO COSTA
AGRAVADO : FERNANDO LUIZ DE BARROS
AGRAVADO : ILKA ELIANE DE SOUZA TAVARES
AGRAVADO : DATIVO ARAUJO DE PAULA
REPR. POR : KENNY PEREIRA DE SA RODRIGUES
AGRAVADO : ADELSON CARNEIRO DE ANDRADE
AGRAVADO : FABIANO AUGUSTO VALOIS DA SILVEIRA
AGRAVADO : IBRAIM LIMA SILVA
AGRAVADO : LUCIANO CAMILO DE AZEVEDO
AGRAVADO : MARTA GOMES ESPINDOLA
AGRAVADO : NEIDE RODRIGUES DE LIMA
AGRAVADO : SHEILA PATRICIA MUNIZ AZEVEDO
AGRAVADO : JOSENILTON MUNIZ DA SILVA
ADVOGADOS : ERLON CESAR DA CUNHA MUNIZ COSTA - PE025739
MARCIO GUSTAVO LUCENA ALVES E OUTRO(S) -
PE026353
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : MURILO OLIVEIRA LEITAO E OUTRO(S) - DF017611

DECISÃO

A Corte de origem determinou o retorno dos autos a este Sodalício, sob o fundamento de que o agravo em recurso especial foi interposto contra decisão que não conheceu do apelo nobre por considerá-lo apócrifo, de modo que o seu objeto não estaria abarcado pela repercussão geral (Tema 1.011).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De fato, verifica-se que a questão trazida à discussão no agravo merece ser analisada por este Sodalício previamente à devolução dos autos.

Desse modo, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão às fls. 477/479, passando à nova análise do inconformismo.

Note-se que, por meio do presente agravo, a **Sul America Companhia Nacional de Seguros** se insurge contra a inadmissão do seu recurso especial operada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Conforme se infere do seguinte trecho do *decisum* agravado, o apelo nobre foi considerado apócrifo, em razão de inexistir procuração válida nos autos outorgando poderes de representação à advogada que subscreveu a peça recursal (fls. 367/370):

Compulsando os autos, constata-se que a peça recursal detém a assinatura digitalizada do patrono Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda - OAB/PE nº 16.983 e a assinatura original da advogada Ana Paula da Silva Azevedo - OAB/PE nº 30.210. Todavia, a procuradora recebeu poderes de representação por meio de substabelecimento com assinatura digitalizada do advogado Nelson Luiz Nouvel Alessio - OAB/SP nº 61.713 (fls. 100 e 209).

*Com efeito, é vedada a prática de qualquer ato processual, seja a interposição de um recurso ou a juntada de um instrumento de substabelecimento - como no caso dos autos - com **assinatura digitalizada, obtida através de escaneamento**. Nessas hipóteses, como a assinatura não foi aposta de próprio punho inexistente a necessária segurança jurídica apta a demonstrar que o substabelecimento realmente teria concedido poderes à advogada subscritora das razões recursais.[...]*

*Vale destacar que **não se cuida de cópia de substabelecimento com assinatura de próprio punho, mas sim de cópia do instrumento contendo assinatura digitalizada**. Por esse motivo, não há como assegurar a participação do substabelecimento na aposição da referida assinatura.*

*Nesse sentido, considerando a inexistência de substabelecimento com assinatura original de patrono habilitado conferindo poderes de representação à advogada Ana Paula da Silva Azevedo - OAB/PE nº 30.210 e que a assinatura digitalizada do advogado Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda - OAB/PE nº 16.983 na peça recursal não possui validade, o apelo especial encontra-se **apócrifo**.*

Todavia, não obstante o fundamento adotado na decisão de inadmissibilidade, qual seja, o da invalidade da assinatura digitalizada acostada ao instrumento procuratório, a parte agravante limitou-se a alegar a validade da fotocópia da procuração juntada aos autos, nada aduzindo acerca do fato de que o documento continha assinatura obtida por escaneamento, ao invés de ter sido efetuada por próprio punho.

Dessarte, deixando a parte de rebater, de modo específico, o fundamento adotado pela decisão recorrida para negar trânsito ao apelo especial, incide, na espécie, a Súmula 182/STJ (*"É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão recorrida"*).

ANTE O EXPOSTO, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator